

# ANÁLISE



Adelson Rafael, académico:  
adelson.rafael@gmail.com

## Tempo de permanência do aluno na escola e qualidade de educação em Moçambique

**S**e constitui verdade assumida que o início do ano lectivo 2010 para o Ensino Primário e Secundário foi marcado debaixo de situações pendentes no que concerne à disponibilização de vagas para os cerca de 250 mil alunos que o sector apontou como sendo pessoas que não têm enquadramento nas escolas públicas, também constitui verdade que a abertura do ano lectivo ocorreu sob o signo de mudanças, no qual se destaca o facto das aulas terem iniciado mais cedo comparativamente aos anos anteriores, medida que tem em vista aumentar o tempo de permanência do aluno na escola para realizar um conjunto de acções determinantes para o enriquecimento do conhecimento. O calendário lectivo para o Ensino Secundário Geral divulgado pelo Ministério da Educação indica que o primeiro trimestre terá lugar de 18 de Janeiro a 16 de Abril, devendo o primeiro período de férias ser observado de 19 a 23 de Abril. O segundo trimestre terá lugar de 26 de Abril a 23 de Julho, devendo ser observado um segundo momento de férias escolares de 26 de Julho a 6 de Agosto. O terceiro, e último trimestre de aulas, irá decorrer de 9 de Agosto a 29 de Outubro, estando os exames finais agendados para 8 de Novembro a 7 de Dezembro.

Em algum lugar, que não me ocorre de momento, tive conhecimento que "as palavras têm uma grande história, mas defini-las é uma história bem diferente". O "tempo" é uma dessas palavras a que atribuímos um carácter "natural". Estamos tão habituados a usar a palavra "tempo" em toda e qualquer conversa que nos parece inútil precisar o sentido com que a utilizamos. Usamos o termo no sentido comum. O sentido comum é muitas vezes ambíguo. A linguagem comum pode permitir-se permanecer no domínio da contradição lógica, desde que isso não perturbe a comunicação entre as pessoas. A linguagem científica obedece a diferentes requisitos. Há necessidade de uma vigilância epistemológica, no sentido da "separação entre a opinião comum e o discurso científico" com o objectivo de procurar evitar a utilização ambígua das palavras ligadas com "coisas de que falamos frequentemente".

Cavaliere, em seu livro, "Tempo de escola e qualidade de ensino na educação pública", diz que a ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da acção escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

Parece evidente que a maior quantidade de tempo não determina por si só, embora possa propiciar, práticas escolares qualitativamente diferentes, pelo que a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no carácter da experiência escolar, ou melhor, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar. Constitui conhecimento generalizado, que toda e qualquer escola sempre actua, ou pretende actuar, para além da instrução escolar.

Optei por fugir e incluir aspectos de análises, até certo ponto já esgotadas, pelo que me perdoe quem quiser discordar de mim, mas temos que aceitar que maior parte das nossas escolas públicas encontram-se, maior parte delas, quase sempre em condições precárias, e nunca tiveram condições de assumir um papel socializador do aluno, como assumem, por exemplo, as escolas privadas, onde a homogeneidade ideológica e a clareza de objectivos entre família, aluno e escola tornam a tarefa bem mais fácil. No caso da escola pública, vive-se uma grande confusão em relação à sua própria identidade. Essas escolas ressentem-se de terem que fazer muito mais do que o ensino dos conteúdos escolares, sem terem recursos para tal. São, em geral, empobrecidas em suas actividades. Mas é preciso lembrar que a escola é, por natureza, a instituição do aluno e para o alu-

*Não é só o aumento do tempo de permanência na escola que proporcionará uma melhoria da qualidade do ensino, a ampliação do tempo escolar precisa vir acompanhada de uma nova visão do papel da escola. A simples extensão da escolaridade diária não garante o funcionamento óptimo da escola, pelo que não basta dar mais tempo para o aluno aprender*

no. Com todas as suas limitações, é a instituição onde o aluno é sempre a parte principal, onde seu lugar é um direito constitucional.

Por muito tempo a palavra de ordem foi o acesso de todos à educação pública, em seguida, embora sem ser superada essa barreira, tivemos a qualidade da educação pública como algo a ser perseguido, hoje acrescenta-se o tempo de permanência na escola como meta a ser atingida. A ampliação do tempo escolar no discurso oficial aparece como justificativa para uma melhoria na qualidade do ensino. Então, cabem algumas reflexões sobre essa busca pela escola de tempo integral no ensino público. De uma forma simplista, não levando em conta nenhuma das variáveis que influenciam no processo ensino e aprendizagem, para o senso comum o aumento da carga horária na escola pública influenciaria directamente numa melhor aprendizagem do aluno. Em outras palavras, quanto maior fosse o tempo do aluno na instituição, maior será o ensino - aprendizagem. Qualquer análise mais aprofundada da afirmação que existe entre o tempo de permanência na escola e o aprendizado - uma relação directamente proporcional, demonstra não ser verdadeira. Não basta aumentar a quantidade de tempo escolar para que aumente o conteúdo da aprendizagem.

Não é só o aumento do tempo de permanência na escola que proporcionará uma melhoria da qualidade do ensino, a ampliação do tempo escolar precisa vir acompanhada de uma nova visão do papel da escola. A simples extensão da escolaridade diária não garante o funcionamento óptimo da escola, pelo que não basta dar mais tempo para o aluno aprender. É preciso exercer uma acção eficaz no tempo adicional que ele passa na escola. A mera passagem do tempo não gera aprendizagem. A ausência de uma identidade auto reconhecível da escola fundamental pública parece deixar esvair-se tudo o que a ela chega, e uma necessidade de uma educação integral por diversas concepções: pelo princípio de organização de currículo (abordagens trans disciplinares, interdisciplinares e transversais), outra pela concepção da ideia de currículo baseado em vivências e experiências. Também pode a educação integral ser entendida como a formação da pessoa nas múltiplas dimensões no curso da vida.

A educação integral define-a como um processo contínuo de formação humana que articula três instâncias básicas: a educação intelectual, a educação física e a educação moral. Tendo como fim precípuo uma educação de qualidade, pelo que se deve privilegiar um trabalho pedagógico que amplie o tempo e o espaço escolar, visto que, numa escola de tempo integral, as actividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização colectiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções numa escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escolha de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional moçambicano.

Constituiu objecto primário desta análise esboçar o que considero necessário para modificar o nosso ensino, tendo como enfoque o debate a volta do tempo de permanência do aluno na escola e qualidade de ensino na educação pública, criticando não unicamente a estratégia, mas também o modo como o temos procurado modificar. Considero que é necessário fazer mais propostas precisas e mais comentários críticos, sabendo que isso nos pode trazer dissabores e incompreensões. O que podia achar inconveniente e intolerável, é continuarmos a ignorar o problema e nada fazemos. Se não conseguimos ao longo destes anos, foi por razões de circunstância, por termos desperdiçado oportunidades, por nem sempre termos travado as batalhas devidas e, sobretudo, por não termos valorizado as críticas construtivas (críticas precisas e propostas concretas), o que permitiu que os debates se esvassem quase sempre em fumo. ■